

IDENTIDADE E CIDADANIA



Prezados amigos e amigas,

Qual a importância da identidade na nossa vida pessoal e coletiva? Como as identidades pessoais e coletivas estão relacionadas com a nossa cidadania? Por que é importante entender a nossa identidade cultural e a nossa formação cidadã? Estas e outras questões orientaram a construção deste número do Boletim Cidadania em Rede.

Assim, escolhemos debater as relações entre identidade e cidadania, inspirados pelo nosso compromisso institucional de educar em e para os direitos humanos, "fazendo memória, construindo identidades e tecendo a cidadania".

Veremos, nesta edição, como a identidade pessoal e cultural se constitui, entre nós, como elemento fundamental de nossa cidadania; como precisamos, como povo, de referências para construirmos nossa identidade, nossa cultura e planejarmos o nosso futuro. Assim, através de notícias, atividades, entrevistas, textos e imagens, queremos aprofundar o que significa "construir identidades" e "tecer a cidadania". Este é o convite do Boletim Cidadania em Rede.

Lembramos ainda que o Boletim Cidadania em Rede pode ser utilizado em conjunto com o "Jornal Mural Imagens e Palavras" que trata do mesmo tema. Assim, os dois materiais se complementam e potencializam as atividades formativas sobre o tema proposto.

Boa leitura e bom trabalho!

A Equipe.



Com a Palavra... Charles Taylor

"No plano social, a compreensão de que as identidades se formam num diálogo aberto, não moldadas por um roteiro predefinido, tornou a política do reconhecimento mais central e de maior

peso. O reconhecimento não é somente a modalidade apropriada a uma sociedade democrática saudável. Sua recusa pode, de acordo com uma disseminada visão moderna, infligir danos àqueles a quem é negado, a quem não é socialmente reconhecido"

Charles Taylor. Nasceu em 1931, em Montreal (Canadá). Licenciado em História e Doutor em Filosofia Política.



NOTAS SOBRE A CIDADANIA NO BRASIL

Marcelo Andrade

Seguindo a trajetória traçada pelo historiador José Murilo de Carvalho no livro "Cidadania no Brasil: o longo caminho", apresentarei notas sobre a cidadania no Brasil, considerando seus avanços e retrocessos em direção à uma tentativa de plenitude.

Cidadania plena seria aquela que combinasse as três categorias de direitos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. No entanto, a lógica de evolução da cidadania por etapas não corresponde ao processo vivido no Brasil. Essa lógica está ligada à história dos países europeus marcados pelo pensamento liberal e pelo capitalismo. O processo brasileiro, e de toda América Latina, não corresponde a esta lógica. Assim, este quadro teórico nos serve apenas como um marco de contraste.

O conceito de cidadania está relacionado ao de Estado Nação. Neste sentido, importa saber como o Estado se constitui e influencia no desenvolvimento dos direitos de cidadania. Ao pensar o Estado brasileiro, primeiro devemos considerar sua herança colonial, depois sua originalidade enquanto monarquia, seguindo sua conturbada história republicana entre golpes e contragolpes e seus breves períodos de democracia.

Para melhor entender este processo, José Murilo de Carvalho considera a história do Brasil em seis momentos: (A) A Herança Colonial (1500-1822); (B) Independência, Monarquia e Primeira República (1822-1930); (C) O Período Vargas (1930-1945); (D) A Breve e Conturbada Democracia (1945-1964); (E) A Ditadura Militar (1964-1985); (F) Redemocratização e Consolidação Democrática (de 1985 aos tempos atuais). Em que pese a importância dos cinco primeiros períodos, neste texto, considerarei, principalmente, o período da redemocratização. Vale registrar também que desde a década dos 90 o Brasil tem vivido um processo que podemos provisoriamente chamar de "consolidação democrática".

A democratização iniciou no final da década dos 70 e se efetivou ao longo da década dos oitenta. Este período se inicia com a "Lei de Anistia" para os envolvidos em crimes políticos e a volta dos exilados que estavam no exterior; além do pluripartidarismo e as eleições diretas para governadores com ampla

vitória dos partidos opositores ao regime. Em 1984, a redemocratização se consolida com o movimento "Diretas Já!". Em 1986, o Brasil elege a Assembléia Constituinte e em 1988 é proclamada a Constituição, resultado e instrumento de um grande esforço para garantir direitos civis, políticos e sociais. Na Constituição, o país se define como uma democracia e se compromete com a ampla extensão de direitos de cidadania a todos os setores da sociedade. A Constituição foi apelidada de Constituição Cidadã.

Em 1989, após de 29 anos de abstinência forçada, o povo brasileiro elege um presidente da república. O eleito é o governador de Alagoas, Fernando Collor, que sofrerá um impedimento do Congresso no segundo ano de mandato devido a escândalos de corrupção. Depois de 1989, o Brasil teve mais seis eleições presidenciais. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e professor universitário, foi eleito (1994) e reeleito (1998) pelo PSDB, partido de centro direita. Em 2002 e 2006, Luis Inácio Lula da Silva, um ex-metalúrgico, é eleito e reeleito pelo PT, um partido popular e de orientação socialista. Em 2010 e 2014, Dilma Rousseff foi eleita e reeleita. Primeira mulher a chegar ao cargo máximo da república, Dilma lutou contra a ditadura militar nos anos 60 e foi ministra do Presidente Lula. Também as eleições para o Congresso, Senado, Governo de Estado, Assembléias Legislativas Estaduais, bem como as eleições municipais (prefeito e vereadores), têm mostrado uma normalidade democrática no Brasil.

No entanto, o processo político tem sido vivido de maneira contraditória. Por um lado, há nos últimos anos, verdadeira repulsa pelos políticos devido aos sucessivos casos de corrupção. Por outro, cresce a consciência de que sem participação política é ainda mais difícil avançar na consolidação de direitos de da própria democracia. Os exemplos positivos estariam nos diferentes processos de orçamento participativo e conselhos cidadãos (da saúde, educação, criança e adolescentes, mulheres) nos quais se percebe um envolvimento efetivo da população com a definição dos gastos públicos, com a orientação de políticas e com a fiscalização da atuação dos governos.

No campo dos movimentos sociais, o Brasil viu florescer nos últimos trinta anos uma infinidade de organizações. O PT reuniu, por exemplo, sindicalistas, militantes das CEB´s, intelectuais e artistas. No mundo sindical, surgiu a CUT como resultado de um sindicalismo combativo e organizado na base da fábrica. No campo religioso, as CEB´s foram um campo fértil de atuação de cristãos identificados com mudança social e política. Surgiram ainda as organizações não governamentais em diferentes campos de atuação: direitos humanos, educação, saúde, emprego, formação política, pesquisa etc.

No campo econômico, o Brasil sofreu com os ajustes neoliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial, principalmente na década de 90. Privatização das empresas estatais e flexibilização dos direitos trabalhistas; controle severo dos gastos públicos e da inflação; submissão e dependência com relação ao capital estrangeiro; economia financeira em oposição a uma economia produtiva; dívida externa em oposição a dívida social, entre outros. Os anos 2000, com a ascensão de uma frente popular e de esquerda, liderada pelo PT, possibilitou uma ampliação de várias políticas sociais, com combate à fome, democratização do acesso à moradia e, significativamente, ao ensino superior, além de eliminar a dívida externa brasileira e colocar positivamente o país no cenário internacional.

Este período de consolidação democrática é marcado pelo avanco incontestável dos direitos políticos, garantidos pelo ambiente de ampla liberdade. No entanto, os direitos sociais estão em perigo na medida em que não há emprego para todos, os salários estão aquém das necessidades reais das famílias e o Estado se vê com recursos limitados para investir em saúde, saneamento, educação, moradia, transportes. Os direitos civis são os mais ameaçados, visto os índices de violência dos grandes centros urbanos, a falta de segurança de comunidades inteiras e a inoperância do sistema judiciário.

A grande lição deste período é que a democracia, por si só, não resolveu os problemas econômicos, tais como desemprego e desigualdade social. Neste sentido, o caminho a percorrer na perspectiva de garantir uma cidadania plena nos parece ainda ser longo e árduo. Mas, estamos no caminho certo, pois sem democracia não há possibilidades mínimas para uma cidadania plena.

QUEM E POR QUE SOMOS CIDADÃOS?

1° momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O/a animador/a apresenta o "Jornal Mural Imagens e Palavras" para introduzir o tema e pede que os participantes comentem livremente as imagens.
- Em seguida, o animador pede que os participantes escolham uma frase do Jornal Mural para ser analisada. O animador pode lançar as seguintes questões:
 - Como você relaciona as frases e as imagens selecionadas?
 - O que elas lhe dizem sobre o tema da identidade e da cidadania?

2° momento:

APROFUNDAMENTO

- O animador distribui a todos os participantes uma cópia do texto "Notas Sobre a Cidadania no Brasil", (Seção "Idéias em Foco", do Boletim Cidadania em Rede).
- O animador convida os participantes a fazerem uma leitura coletiva e dialogada do texto. Em seguida, o animador lê em voz alta cada item da Seção "Você Sabia?", do Boletim Cidadania em Rede.

- Após as leituras, o animador pode guiar o debate com as seguintes questões:
 - O que mais chamou nossa atenção no texto?
 - O que podemos aprender com a história dos direitos de cidadania no Brasil?
 - Qual seria o nosso papel hoje na construção de uma cidadania plena hoje?

3° momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente o trecho da entrevista de Frei Betto (Seção "A Palavra é Sua", do Boletim Cidadania em Rede) e a Seção "Ecos da Cidadania".
- Após estas leituras, propõe a seguinte tarefa para o grupo:



O que significa ser cidadão hoje?

Como podemos melhorar nossa participação cidadã?

A palavra é sua... solte a voz!

Neste número do Boletim Cidadania em Rede, apresentamos um trecho da entrevista de Frei Betto publicada no site Outras Palavras (outraspalavras.net). Frei Betto é dominicano, militante social e autor de mais de 60 livros, entre eles "Batismo de Sangue" (1983) e a "A Mosca Azul" (2006), que retratam diferentes momentos da política no Brasil.



Qual é sua percepção sobre a participação política do cidadão brasileiro?

Diria que, no geral, o brasileiro se interessa pouco por política e acaba entrando no engodo dos políticos, que procuram passar o sentimento de nojo pela política. Quem tem nojo da política é governado por quem não tem. Tudo o que os maus políticos querem é que a gente tenha bastante nojo, para que fiquem à vontade nas suas maracutaias. Temos infelizmente uma democracia meramente delegativa: vamos às urnas a cada dois anos delegar a nossa representação a um vereador, deputado, presidente, mas temos pouco grau de participação. Estamos ainda longe de uma democracia verdadeiramente representativa, principalmente dos setores populares, e mais longe ainda de uma democracia participativa em que sociedade política e sociedade civil dialoguem de

igual para igual.

Como o cidadão pode participar de forma mais efetiva?

Haveria dois canais prioritários: primeiro as escolas, que são unidades políticas, mas não têm consciência disso. Elas acabam deixando seus alunos vulneráveis à mídia, principalmente à tevê e à internet, em termos de formação política. O segundo seria a própria mídia, se ela tivesse interesse em formar cidadãos. Mas a mídia tem interesse em formar consumistas, porque é movida pela publicidade. A cidadania tem um espírito crítico, e o espírito crítico é um antídoto ao consumismo. A consciência cidadã da nação brasileira melhoraria muito se o ministério da Educação, os diretores e professores, os donos de escolas tivessem consciência de que a escola deve formar prioritariamente cidadãos, não consumistas e não mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

E com relação ao exercício da cidadania?

Cresceu a consciência de cidadania, dos diretos do consumidor, dos direitos humanos, mas ainda estamos muito distantes de vencer preconceitos, discriminações. Talvez esses acirramentos - espancamento de homossexuais, crimes previstos na Lei Maria da Penha -, tudo isso seja sintoma de que estamos avançando, porque antes essas coisas aconteciam, mas ninguém falava, e agora elas são notícia, passíveis de ação policial. Então creio que vem crescendo, sim, a consciência de que temos direito à cidadania, à pluralidade cultural, à diversidade religiosa, e não devemos fazer do divergente o diferente. Não devemos cair no fundamentalismo de uma postura que quer se impor a outra, mas praticar tolerância.



Você sabia que IDENTIDADE, CIDADANIA E CULTURA estão profundamente relacionadas?

- A identidade cultural é um conjunto de relações sociais e patrimônios simbólicos compartilhados historicamente, que estabelece a partilha de valores e hábitos entre os membros de uma sociedade.
- A identidade cultural se expressa em manifestações que envolvem várias situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.
- Para manter a identidade cultural de um povo viva, é preciso defender a preservação de práticas e tradições, bem como estar aberto às demandas das novas gerações.
- A identidade cultural não é um conjunto de valores fixos e imutáveis que definem o indivíduo e a coletividade, mas um processo vivo e dinâmico. É um jogo de permanências e mudanças.
- A cultura e as identidades não podem ser pensadas apenas como um patrimônio a ser preservado. Por um lado, a manutenção do que tempos. Por outro, o intercâmbio e a modificação são caminhos que orientam a formulação e a construção das identidades.

Noticias NOTÍCIAS NOT

NOTÍCIA

Primeiro Fórum de Participação Cidadã reúne representantes de 10 países da América Latina ABONG | 28/08/2014 | Raimundo Oliveira

Entre os dias 13 e 15 de agosto de 2014, a Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns esteve representada no primeiro Fórum de Participação Cidadã da Unasul (União de Nações Sulamericanas), que aconteceu em Cochabamba, na Bolívia, por Raimundo Oliveira, membro da diretoria executiva, que compôs a delegação brasileira presente no evento.

Estavam presentes 10 países, dos 12 que compõem os países membros da Unasul, ficando ausentes as duas Guianas. Dentre os vários objetivos para a realização deste Fórum, destacam-se "o de garantir e promover a participação plena e com incidência dos atores sociais comprometidos com os processos de integração regional na formulação de políticas de integração sul americana e o de impulsionar através da participação cidadã o fortalecimento das identidades e das diversidades sul americanas no marco do respeito aos direitos humanos".

A estrutura metodológica do Fórum se deu com a realização de conferências, mesas de trabalho e plenário. Neste sentido, aconteceram duas grandes conferências, trazendo o tema da democracia e a integração dos países membros.

Cabe aqui fazer um destaque acerca dos procedimentos na condução do Fórum, principalmente dos trabalhos de mesa, a partir dos quais teria que ser apresentado um produto final. A delegação brasileira se distribuiu para atuar em todas as mesas temáticas. Na mesa onde se discutia a estrutura e os critérios de funcionamento do Fórum, os delegados brasileiros presentes entendiam que as definições fossem submetidas para um aprofundamento em cada país membro, e que a aprovação final deveria ser no próximo Fórum, previsto para 2015, em Montevidéu, no Uruguai. Esta posição, entretanto, não foi acatada.

Diante das resistências às propostas levantadas pela delegação brasileira no que diz respeito à estrutura e à dinâmica de funcionamento deste espaço, os membros da delegação, então, em comum acordo durante a plenária final, leram o documento intitulado "Pronunciamento das Organizações Sociais e Sociedade Civil Brasileira presentes neste Fórum". O Documento foi lido em plenário e obteve uma boa repercussão no chamamento ao diálogo e a paciência revolucionária para construir o consenso na participação cidadã.

A mesa finalizou os trabalhos informando que a condução do próximo Fórum será feita por uma coordenação composta por dois representantes de cada país membro. Alguns países já colocaram seus nomes para a composição da coordenação, porém outros, a exemplo do Brasil, optaram por fazer a indicação até o dia 31 de dezembro deste ano.

Enfim, reafirmamos nossa convicção acerca da importância desta iniciativa para a consolidação da integração dos nossos povos e o enfrentamento aos grandes problemas sociais, políticos e econômicos que vivemos. Somente com o diálogo e a participação social é que poderemos realizar grandes transformações em nossa América Latina.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade Equipe: Marcelo Andrade e Maria da Consolação Lucinda Composição Gráfica: Compañia Visual Manteca





NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania